Editorial

http://dx.doi.org/10.1590/2317-6172201624

É com satisfação que apresentamos o terceiro e último número da **Revista Direito GV** em 2016 (vol. 12, n. 3, set.-dez. 2016).

Este número traz um conjunto de doze artigos inéditos e bastante diversos de pesquisadores brasileiros e estrangeiros e uma resenha.

Como já afirmamos no Editorial anterior (http://ref.scielo.org/zmkx9s), com a expansão de dois para três números por ano, esperamos tornar mais rápida a publicação dos artigos recebidos. Todavia, a mera alteração da periodicidade e a maior agilidade na gestão das submissões não bastam.

Diante do aumento crescente do número de artigos recebidos a cada ano, outras medidas são necessárias. Uma das mais importantes é reforçar os mecanismos de *desk review,* isto é, a análise dos requisitos formais mínimos exigidos em nossa Política Editorial. Outra medida, ainda nesta primeira fase, é tornar mais rígida a avaliação da aderência do artigo às prioridades editoriais da Revista, o que tem levado a um aumento da taxa de rejeição liminar (*immediate reject*).

A Revista reitera seu foco na publicação de textos que aprofundem um tema bem recortado, com pergunta ou problema de pesquisa claro, metodologia bem escolhida e explicitada e que inovem o conhecimento em sua área. Damos preferência para artigos interdisciplinares, de pesquisa empírica ou aplicada ou que se enquadrem no campo de pesquisa de Direito e Desenvolvimento (*law & development*), área de concentração do mestrado acadêmico da FGV Direito SP.

Essas são medidas necessárias para que somente sejam enviados para os pareceristas *ad hoc* artigos que atendem às prioridades editoriais da Revista e que, portanto, tenham reais chances de publicação. Mesmo assim, após a etapa de dupla avaliação cega, nova e rígida seleção vem sendo feita já que, de todo o material submetido, não mais do que 10% é publicado. Diante disso, incentivamos a comunidade de autores a revisitar nossa Política Editorial.

Por fim, aproveitamos este último editorial para fazer um agradecimento especial aos professores e pesquisadores que atuaram como pareceristas *ad hoc* no ano de 2016. São contribuições voluntárias, não remuneradas e anônimas, mas indispensáveis à seleção deste seleto grupo final de artigos publicados.

O trabalho cuidadoso e tempestivo dos pareceristas *ad hoc* é fundamental para o progresso da academia jurídica brasileira.

A todas e a todos, o nosso muito obrigado!

Catarina Helena Cortada Barbieri
Editora-Chefe